



**Caracterização das Condições de Habitabilidade na perspectiva dos (as) usuários  
(as) das Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) da Cidade e Região  
Metropolitana do Recife-PE<sup>1</sup>**

**Tamires Carolina Marques Fabrício<sup>2</sup>**

**Mestranda em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social pela Universidade  
Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.**

**Joseana Maria Saraiva – Dra. em Serviço Social pela UFPE**

**Resumo**

Este artigo integra a pesquisa “**Cuidado com idosos (as) como RISCO SOCIAL: estudo dos fatores que podem afetar a qualidade dos produtos e dos serviços em Instituições de Longa Permanência para idosos – ILPIs**” do Programa de Pós- Graduação Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social que objetiva avaliar aspectos relacionados à satisfação dos idosos com a qualidade dos produtos e serviços consumidos nas instituições de Recife e Região Metropolitana. O estudo visa subsidiar a discussão que vem sendo feita sobre os cuidados de longa permanência para idosos no Brasil, apresentando questões julgadas relevantes para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao acolhimento desse segmento da população. Trata-se de um estudo de caso, na qual se busca apreender a realidade a ser pesquisada dentro de um contexto mais amplo em que se acha situada, valorizando suas conexões com o todo.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Consumo Coletivo; ILPIs.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho G4 - Comunicação, Consumo e Institucionalidades, Do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

<sup>2</sup> Mestranda em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco–UFRPE. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco–FACEPE. Bacharel em Economia Doméstica pela UFRPE.  
[tamirescarolina.tm@gmail.com](mailto:tamirescarolina.tm@gmail.com)



## 1. Introdução

A distribuição etária da população mundial tem apresentado visíveis alterações nas últimas décadas em razão da expansão da expectativa de vida e do consequente aumento de idosos. Estudo realizado pelo IBGE (2007) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre o peso relativo da população idosa em cada país da região, conclui que o Brasil, a semelhança dos demais países latino-americanos, está passando por um processo de envelhecimento rápido e intenso.

A evolução da população geriátrica brasileira constitui um grande desafio. Para se ter uma ideia, enquanto a população brasileira crescerá 3,22 vezes até o ano 2025, o segmento acima de 65 anos aumentará 8,9 vezes, e o acima de 80 anos, 15 vezes. A proporção de idosos que em 1980 era menor que 6%, em menos de 50 anos subirá para 14%, levando o Brasil a ocupar o sexto lugar na esfera mundial no ano 2025, com uma estimativa de 31,8 milhões de idosos (CAMARANO, 1999).

A Política Nacional do Idoso (Lei Nº 8.842 / 1994) na garantia de prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde e socialização dessa população dispõe em ordem de prioridade a família como natural cuidadora dos seus idosos, no entanto verifica-se por diversos fatores a transferência do cuidado do idoso da família para instituição de longa permanência, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos.

Nesta perspectiva a ANVISA - RDC nº 283 define as ILPIs como sendo

“Instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, devendo garantir a essa população condições físicas e materiais adequadas e de saúde e bem-estar social”.

Portanto, podemos considerar as Instituições de Longa Permanência para Idosos, um equipamento de consumo caracterizado como coletivo. Tendo em vista que na perspectiva de Lojkine (1997), o consumo pode ser apreendido como



individual e coletivo, onde o primeiro dirige-se a uma necessidade particular de um indivíduo, dependente do salário auferido e o segundo diz respeito aos serviços coletivos, indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social que determinam a condição e a qualidade de vida da população, neste caso da população idosa.

Os meios de consumo coletivos são formas de socialização capitalista através da intervenção estatal. Sua localização se dá por meio de decisões e ações provindas dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2005).

Ao estudar o consumo, portanto, não podemos deixar de incluir o social, pois o processo de escolha e uso de produtos e serviços têm aspectos individuais que interpenetram com a história social e cultural das pessoas, as quais exercem influência no comportamento de consumo e no ato da compra (GIGLIO, 2005 p.51). Para Baudrillard (1995), Karl Marx em 1844 aborda questão de grande importância que relacionam a propriedade como o modo de existência pessoal, distinguindo pessoas e grupos e tornando-se, portanto, a essência da vida. Nesta direção interessa analisar de um grupo especial a fim de valorizar a noção de cultura como um conjunto de regras e valores que orientam os pensamentos e ações de seus integrantes, tendo em vista que a institucionalização do /a idoso/a tem se tornado uma demanda social que cada vez mais reivindicada pelas populações urbanas e rurais e que precisa ser reconhecida e atendida em função de oferecer uma prestação de serviços de qualidade aos seus usuários.

## 2. Objetivo Geral

Compreender e avaliar a percepção dos (as) usuários (as) consumidores (as) acerca da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) da cidade e da Região Metropolitana do Recife-PE.



### **3. Metodologia**

#### **3.1 Tipologia do Estudo**

Tendo em vista a natureza do objeto de estudo, nesta pesquisa adotou-se o enfoque qualitativo, constituindo o estudo de caso a estratégia de pesquisa mais apropriada para investigação. Essa opção metodológica pode ser justificada pelo poder diferenciador e capacidade que o estudo de caso possibilita de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, observações, relatos, avaliações - a respeito do objeto de estudo. Ao permitir a utilização de técnicas diversificada e o recurso a diferentes fontes de evidências essa técnica de pesquisa, propicia um retrato abrangente e detalhado do objeto em estudo (CHIZZOTTI, 1995).

#### **3.2 Universo e Amostra**

A escolha das ILPIs se deu de forma aleatória, incluindo no estudo instituições reconhecida como de longa permanência de caráter público ou privado com ou sem fins lucrativo, cadastradas no Conselho Municipal ou no Conselho Estadual do Idoso e / ou na Secretaria de Desenvolvimento e Direitos do Idoso de Estado de Pernambuco. Conforme registro do Conselho Estadual do Idoso (CEDI, 2008), no Recife funcionam 30 Instituições de Longa Permanência para idosos, destas, 5 foram interditadas entre 2011 e 2012 (Diário de Pernambuco, 2012), restando apenas 25. Na Região Metropolitana contabilizou-se um total de 26, localizadas nos municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. Recife e Região Metropolitana totalizam, portanto, 51 ILPIs. Destas selecionou-se 13 sendo 5 da cidade do Recife e 8 da Região Metropolitana que constituíram a amostra da pesquisa.



A escolha destas instituições justifica-se pela representatividade no universo pesquisado, ao fato de serem as mesmas de caráter público, privado com ou sem fins lucrativos pertencente à rede de apoio municipal, estadual ou filantrópica, bem como por admirem idosos de diferentes idades, sexo, classe, raça/etnia e categorias profissionais diferenciadas que operacionalizam e gerenciam estas instituições.

### **3.3 Instrumento de Pesquisa**

Para dar conta do objeto proposto realizou-se exaustivo trabalho de campo nas mais diversas instituições e junto aos sujeitos da pesquisa. Para tanto, utilizou-se além da técnica de entrevista, através da aplicação de questionário composto de questões abertas e fechadas versando sobre aspectos específicos a ser investigados, a técnica da observação direta e do grupo focal. Buscou-se também os dados secundários acerca da temática, tendo em vista as análises qualitativas e quantitativas que se realizou, considerando em especial os indicadores sociais do IBGE, IPEA, assim como o banco de teses da CAPES.

Os dados obtidos foram submetidos à análise qualitativa, e as respostas dos sujeitos agrupadas em subcategorias construídas a partir destas.

## **4. Discussão Teórica**

### **4.1 Quanto aos Aspectos Gerais de Infraestrutura**

O crescimento mais elevado da população idosa com relação às demais faixas etárias tem sido considerado um fenômeno mundial, justificado, principalmente, pelas elevadas taxas de crescimento de fecundidade prevalecente no passado, comparada à atual, e à redução da mortalidade. Mesmo considerado um fenômeno mundial, é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada. No início do século 20 contava-se com 25% da população brasileira com mais de 60 anos, em 2020, estima-se que teremos um idoso para cada 13 pessoas. Idosos (as) que por muito tempo ainda terão sonhos e projetos de vida a



serem realizados. Devido a esse crescimento, a partir da segunda metade do século XX a velhice e o processo de envelhecimento humano vêm ganhando espaços cada vez maiores no cenário nacional.

Dentre as consequências do processo de envelhecimento, é possível reconhecer às limitações físicas, as perdas sensoriais, a redução da capacidade, cognitiva e mental comprometendo a independência e autonomia do (a) idoso (a). Essas e outras mudanças que aparecem com a idade são interpretadas como uma necessidade de adaptação do idoso ao espaço físico e as barreiras existentes. Para Terdiman e Machado (2006, p. 50) na verdade, o espaço é que deveria adaptar-se ao idoso e não ao contrário, isso indica inversão de valores.

O envelhecer trouxe necessidades que precisam ser reconhecidas e atendidas nos serviços oferecidos, sendo as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) um deles.

O expressivo aumento da longevidade aponta para o surgimento de demandas que precisam ser reconhecidas e atendidas. Como já foi mencionado, apesar da legislação brasileira estabelecer que o principal responsável pelo cuidado ao idoso é a família, as mudanças socioeconômicas afetaram consideravelmente os relacionamentos familiares, principalmente devido o ingresso da mulher no mercado de trabalho, principal cuidadora desse segmento populacional. reconfigurando as responsabilidades com o (a) idoso (a). Entretanto, as transformações socioeconômicas e demográficas ocorridas na sociedade, sobretudo, o aumento da população idosa e o ingresso da mulher no mercado de trabalho principal cuidadora dessa população, tornou inevitável, na maioria das famílias, a transferência do idoso dependente da família para uma instituição de longa permanência seja pública ou privada.

Considerando-se esta realidade, interessa analisar a satisfação dos (as) idosos (as) com a qualidade dos produtos e dos serviços prestados pelas Instituições de Longa Permanência para Idosos (as) da Cidade e Região Metropolitana do Recife - PE.



**Tabela 1 - Demonstrativo da satisfação dos (as) usuários (as) com as condições de Habitabilidade das ILPIs pesquisadas, Recife, 2013/2014.**

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS	
	N	%
<b>SALUBRIDADE</b>		
Adequado	01	3
Parcialmente adequado	05	17
Inadequado	24	80
<b>HIGIENE</b>		
Adequado	28	93
Parcialmente adequado	02	7
Inadequado	-	
<b>SEGURANÇA</b>		
Adequado	05	17
Parcialmente adequado	09	30
Inadequado	16	53
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>100,00</b>

Quando se indagou os/as idosos/as acerca das condições de habitabilidade das instituições onde se realizou a pesquisa, 80% se reportaram a salubridade como inadequada, entendendo esta como deficiência de ventilação, iluminação, espaços físicos para banho de sol e lazer.

D. Gercina, 69 anos de idade, se refere à falta de habitabilidade chamando atenção para os seguintes aspectos:

“Viver com pessoas com Alzheimer é muito complicado, às vezes me sinto até um pouco doente também, a instituição deveria nós separar deles, ser um ambiente só para os (as) doentes e outra para os (as) sadios (as). (D. Gercina, 69 anos)”.

Já D. Hermínia, 72 anos de idade, paraplégica, salienta que:

“O quarto é o único lugar na instituição que me dá certa privacidade, mas, não consigo ficar lá por muito tempo, devido o calor intenso, principalmente no período da tarde, pois o sol bate e aquece muito o interior do quarto. Não



tendo privacidade no quarto fico por um bom tempo na parte da tarde, próximo à entrada da instituição, embora preferisse ficar no quarto”.

Esses depoimentos confirmam que a maioria das instituições, não é resultado de um plano de construção precedido de um projeto arquitetônico, mas, de reformas ou adaptações na estrutura física, geralmente de residências, contrariando o que determina a RDC nº238/05, bem como, comprometendo as condições adequadas de habitabilidade, sobretudo, no que se refere à ventilação, iluminação, espaços físicos para banho de sol, lazer e outras atividades, conforme determina o Art. 48 e 50 - Parágrafo I e IV Estatuto do Idoso (FABRÍCIO et. al; 2014)

Na década de 90, logo após ser promulgado o Estatuto do Idoso, Vieira (1999) chama atenção para a inadequação das Instituições de Longa Permanência, afirmando serem inapropriadas e inadequadas às necessidades dos (as) idoso (as) não apenas no que se refere às condições de habitabilidade, mas por não oferecem assistência social, cuidados básicos de higiene, alimentação, infringindo as ordens legais do Decreto nº 1948 de 03 de julho de 1996.

Corroborando Vieira (1996) o que se constata neste estudo é que passado 20 anos da promulgação do Estatuto do Idoso as ILPIs continuam infringindo as determinações de organização e funcionamento não apenas do Estatuto do Idoso, mas, da Política Nacional do Idoso e das exigências da RDC nº238/05, no sentido de “satisfazer as necessidades de moradia, alimentação, saúde, lazer e convivência social dos (as) usuários (as) destas instituições”.

Nesse contexto, não se pode desconsiderar a percepção de 16,70% dos (as) idosos (as) que analisam as condições de habitabilidade como parcialmente adequadas. Na perspectiva desses (as) entrevistados/as a instituição está prestando um favor, portanto, não se sentem no direito de reclamar, conforme mostram os depoimentos abaixo relacionados:

Na percepção de D. Raimunda (75 anos de idade) a ILPI é uma mãe:

“[...] não tive filhos, não tenho ninguém que cuide de mim e também não tenho para onde ir. Morei em casa de família como empregada doméstica





durante muitos anos, quando não tinha mais condições de trabalhar me aposentei e não tinha para onde ir, e vim morar aqui, graças a Deus eles me acolheram como uma mãe acolhe o filho”.

Esses depoimentos convivem ainda com as representações que a sociedade tinha sobre as instituições de atendimento ao idoso (a) do início do século passado, criadas, historicamente, para atender pessoas em situação de pobreza, com problemas de saúde e sem suporte social, contrapondo-se a perspectiva atual das ILPIs como equipamento coletivo de caráter governamental ou não governamental, de direito, destinadas às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (RESOLUÇÃO ANVISA /RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005).

Essas percepções certificam aquelas encontradas por Davim, et al., (2004) quando em estudo de natureza semelhante a este, evidenciou que os (as) idosos (as) não desejam sair do convívio institucional, mesmo que esta não esteja fisicamente e materialmente estruturada para recebê-los e oferecer produtos e serviços com padrão de qualidade desejável, devido, principalmente, a não terem para onde ir e devido a própria condição de serem idosos (as).

#### **4.2 Condições de Higiene dos espaços físicos, das roupas e dos alimentos.**

Os dados da Tabela 1 revelam em relação a este aspecto que a maioria dos (as) idosos (as) 93% está satisfeito (a) com a higienização das ILPIs pesquisadas, indicando alto grau de confiabilidade. Justificam suas respostas no comprometimento dos profissionais de serviços gerais em manter limpo e cheiroso os espaços da instituição, como as salas, os quartos, corredores e banheiros.

D. Zélia, de 84 anos de idade, faz questão de ressaltar “a mulher da limpeza tem a maior preocupação de deixar tudo limpo e enxuto para que não tenha nenhum acidente conosco, pode demorar um pouco, porque é muita gente, né! Mas está sempre limpo”.



Para Silva Jr. (1995) higienização é qualquer procedimento aplicado ao controle que elimine ou reduza os perigos de contaminação, minimizando os riscos de transmissão de agentes causadores de doenças. A higiene do ambiente tem por objetivo proporcionar local limpo, seguro e confortável para os usuários/as de todo e qualquer equipamento de atendimento coletivo, como condição fundamental a ser garantida na prevenção e promoção da saúde.

Segundo Saraiva (2002) a higiene do ambiente em ILPIs integra medidas preventivas que vão desde o controle da saúde e da higiene do pessoal responsável pelo processo de higienização do ambiente, tratamento da água de consumo, limpeza, desinfecção e desinfestação do ambiente até a destinação adequada dos dejetos e do lixo. Para que isso aconteça, segundo essa mesma autora, um conjunto de conceitos, tais como: microrganismos, contaminação, limpeza, higiene, desinfecção, desinfestação, prevenção, saúde, doença, dentre outros precisam ser compreendidos sobre tudo pelos profissionais responsáveis pela limpeza e pelos usuários desses serviços.

Embora 93% dos (as) idosos (as) entrevistados (as) considerem a higiene das ILPIs adequadas, o que se verifica a partir dos conceitos de higiene defendidos por Silva Jr. e por Saraiva é que os (as) idosos (as) carecem de compreensão mais aprofundada acerca dessa prática. Não desconsiderando a avaliação feita por estes (as) nas diferentes instituições onde se realizou a pesquisa, a experiência das pesquisadoras em permanecer durante dias consecutivos em observação nessas instituições, revela situações relativas que se contrapõem ao ponto de vista dos (as) idosos (as). Dependendo da situação de cada instituição, é possível afirmar que os procedimentos higiênicos aplicados não condizem com as recomendações da literatura.

Estudo realizado por Lima (2011, p.59) identifica graves problemas nas instituições de longa permanência localizada no Distrito Federal, devido à falta de higiene, falta de documentação e ociosidade permanente vivida pelos residentes, haja



vista a falta de qualificação dos profissionais responsáveis pelas atividades de manutenção, higiene e conservação do ambiente.

#### **4.3 Condições de Segurança**

Os dados da Tabela 1 relevam ainda a percepção dos/as idosos (as) no que se refere às condições de segurança. Para 53% essas condições são inadequadas, atribuindo a inadequação, principalmente a segurança pessoal dentro da instituição, no que concerne principalmente a falta de profissionais da área de segurança. Vale ressaltar que das 13 instituições participantes da pesquisa apenas duas possuíam no seu quadro profissional dessa área.

Segundo Bianchi (2013, p.208) uma edificação segura é aquela que torna seu local de moradia livre de perigos, garantindo imunidade física e psicológica ao morador. No caso das ILPIs o prédio deve fornecer elementos que possibilitem ao idoso se identificar com o lugar e assim manter o equilíbrio físico e emocional. Outra indicação importante é a colocação de corrimão e pisos antiderrapantes ou ásperos nos caminhos exteriores e de chegada à edificação, como também no seu interior, além de iluminação homogênea tanto de dia como de noite.

Assim como a questão da prática da higiene adequada é desconhecida pelos idosos (as) participantes da pesquisa, verifica-se desconhecimento total e generalizado dos mesmos (as) em se tratando das condições de segurança da ILPI, quando os mesmos (as) atribuem esse aspecto exclusivamente à segurança pessoal, desconsiderando todos os outros aspectos apresentados por Bianchi. Essa falta de conhecimento explica e, para o idoso, a segurança se constitui em fator de satisfação que algumas vezes só é percebido quando ocorre algum acidente.

#### **5. Considerações Finais**

Os dados encontrados neste estudo mostram como o Brasil não está preparado para enfrentar os problemas atuais e os advindos do crescimento da população idosa e



isso é muito preocupante considerando que esse segmento envelhece em escala progressiva.

Nesse sentido, este estudo visa contribuir para mudar essa realidade considerando o aumento da população de idosos (as), a demanda cada vez maior para atender o envelhecimento demográfico e a necessidade de qualificar a prestação de serviços públicos e privados oferecidos por estas instituições, uma vez que a tendência é irreversível.

Acreditamos que os resultados desse estudo são significativos para subsidiar o planejamento de políticas sociais voltadas para enfrentar as diferentes realidades vivenciadas pelas ILPIs, no sentido de assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

## Referências

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005.

**Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos.** Brasília: ANVISA; 2005.

BIANCHI, Siva Alves. **Qualidade do Lugar nas Instituições de Longa Permanência para Idosos — Contribuições Projetuais para Edificações na Cidade do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Dezembro/2013.

BRASIL. **Estatuto do Idoso** [Internet]. Brasília; 2003. Acesso em 25 de Julho de 2015. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)



CAMARANO, A. A; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, 4. ed, São Paulo, Ática, 2005.

DAVIM, R.M.B; TORRES, G. V; DANTAS, S.M.M, LIMA, V.M. Estudo com idosos de instituições asilares no município de Natal (RN): características socioeconômicas e de saúde. **Rev. Latino –am Enfermagem**, 2004, maio –junho; 12(3):100-11.

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques; et. al. **Avaliação do caráter das organizações de consumo coletivo para idosos (as) da cidade e da região metropolitana do Recife – PE**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO: AVANÇOS DA CIÊNCIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO. 3., 2013, Campina Grande-PB. *Anais...*Campina Grande, 2013.

GIGLIO, Ernesto M. **O comportamento do consumidor**. 3ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais/Censo Demográfico 2007**. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-16/numero-de-homens-supera-de-mulheres-em-cidades-brasileiras-com-ate-20-mil-habitantes>. Acesso em: 8 de Fevereiro de 2013.



LOJKINE, Jean. O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In: FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.

Política Nacional do Idoso. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. **Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Senado Federal (BR). Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994: Brasília (DF); 1997.

SARAIVA, Joseana Maria. **Perfil do Trabalhador do Setor de Nutrição e Saúde de Creches Públicas da Cidade de Recife-PE**. Dissertação de Mestrado. 2002.178 p.

SILVA JR., Eneo Alves. **Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos**. 4.ed. São Paulo: Livraria Varela, 1995.

TERDIMAN, Thaís; MACHADO, Luciana Facio. Arquitetura: o aspecto físico de um residencial. In: BERTELLI, Sandra Benevento (Coordenador). **O idoso não quer pijama. Aprenda a conhecer e como tratar esse novo cliente**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 120p.

VIEIRA, E.B. **Manual de gerontologia: um guia teórico – pratico para profissionais cuidadores e familiares**. Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 1996.